



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

1651

09

3ª Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0308669-7 – Recife

Agravantes: Luiz Sabino da Costa

José Alberdan Marçal Nunes

Jacinto Soares Pedrosa

José Paulo Francisco Filho

Advogada: Aldicéia Soares Lins PE026659

Agravados: Estado de Pernambuco e FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. DESCABIMENTO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. AUTOAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE AFRONTA À CLAUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. ARGUIÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE JÁ INSTAURADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Como matéria preliminar, alega o Estado que não tem legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que, com a reformulação do Sistema Previdenciário, foi criada a FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, à qual compete gerir o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado, conforme disciplina o § 1º do artigo 3º da Lei Complementar nº 28/2000. Ocorre que a FUNAPE se encontra sob a supervisão da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, sendo também representada nos processos judiciais pelos Procuradores integrantes dos quadros do Estado de Pernambuco, razão pela qual impende que essa matéria preliminar seja rejeitada;

2- O cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, matéria previdenciária e que faz incidir a aplicação da Súmula nº 729/STF, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo (GRPO), o que, desde já, e ao contrário do que quer fazer crer a parte agravante, afasta a incidência de óbices legais à concessão da tutela, dentre os quais aqueles advindos com a Lei nº 12.016/09. No mérito, a questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação perseguida, se *propter laborem* ou não. Cumpre notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e a contrário *sensu*, em se tratando de gratificação *propter laborem*, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade.

3. *In casu*, a pretensão dos ora agravantes é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

4. Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação.

5. De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

6. E não há que se falar em afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria.

7. A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como atividades-melo e pertinentes a grupos específicos.

8. No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Civil nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à arguição de inconstitucionalidade nº perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria.

9. O próprio Supremo Tribunal Federal não é unânime em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. (ARE 686995 AgR; ARE 676661 AgR). Ademais, uma vez já submetida à Corte Especial deste TJPE a arguição incidental de inconstitucionalidade nos autos da Apelação Cível nº 229.802-0 sobre a matéria aqui controvertida e cujo incidente se encontra em pleno processamento, afigura-se despidendo instaurar repetida questão incidental nestes autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

166

09

10. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo de Instrumento e prejudicou-se o julgamento do Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

09

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0308669-7, em que figuram, como Agravantes, Luiz Sabino da Costa e outros e, como agravados, o Estado de Pernambuco e FUNAPE, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente agravo de instrumento, prejudicando-se o julgamento do Agravo Regimental, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

3ª Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0308669-7 – Recife

Agravantes: Luiz Sabino da Costa

José Alberdan Marçal Nunes

Jacinto Soares Pedrosa

José Paulo Francisco Filho

Advogada: Aldicéia Soares Lins PE026659

Agravados: Estado de Pernambuco e FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Luiz Sabino da Costa e outros em face do Estado de Pernambuco e da Funape - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, impugnando decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Paulo Onofre de Araújo, no bojo da Ação Ordinária tombada sob o nº 0045446-24.2013.8.17.0001.

O Magistrado *a quo*, através da decisão impugnada (fls. 18/18v), indeferiu o pedido de tutela antecipada requerido pelos ora agravantes.

Aduzem, em síntese:

1) Que a gratificação de risco por policiamento ostensivo tem caráter geral, não podendo, pois, ser excluída dos proventos dos policiais inativos e dos seus pensionistas, consoante dispõe os artigos 8º e 14 da Lei Complementar nº 59/04, em manifesta afronta à Magna Carta;

2) Que a falta de pagamento da gratificação em apreço enseja lesão grave ao patrimônio deles agravantes, porquanto resulta em perda pecuniária relevante;

3) Que a hipótese em apreço não se trata de concessão de aumento ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza, mas de caso de integralização de proventos de reforma, com fundamento nas disposições do artigo 40 da CF/88;

4) Que não há que se aplicar à presente lide o óbice legal à concessão de liminares e provimentos antecipatórios de tutela, tendo em vista tratar-se de matéria previdenciária, de reconhecido caráter alimentar;

5) Que a Constituição Federal, em seu artigo 40, §§ 7º e 8º, assim como em seu artigo 42, §2º, dispõe que os proventos dos servidores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

inativos serão revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo, inclusive, extensíveis aos inativos e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores da ativa.

Pugnam pela antecipação dos efeitos da tutela recursal, para que se determine às agravadas que paguem a eles agravantes o valor correspondente à gratificação de risco por policiamento ostensivo correspondente ao posto/graduação no qual se aposentaram, em sua integralidade e, no mérito, pelo provimento do recurso, com a reforma da decisão vergastada.

Em decisão interlocutória de fls. 55/58v, esta Relatoria deferiu a antecipação da tutela recursal pleiteada.

Em despacho exarado à fl. 101, esta Relatoria reconheceu a necessidade de dar continuidade à instrução do Agravo de Instrumento, prejudicado o processamento do Agravo Regimental (fls. 67/83) interposto pelo Estado de Pernambuco, em prestígio aos princípios da celeridade e economia processuais.

Instados a apresentar suas contrarrazões, os agravados o fizeram às fls. 113/127, aduzindo, preliminarmente, a ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco e, no mérito, em síntese:

1) Que o imediato reajuste dos proventos de inatividade do agravado importa na implantação de valores, configurando, pois, verdadeira e indisfarçável concessão de aumento, evidenciando-se, ademais, o perigo de irreversibilidade da medida, dado o caráter alimentar de que se reveste a vantagem remuneratória guerreada;

2) Que a hipótese fática em apreço insere-se dentre as vedações à legais à tutela antecipada disciplinadas pelos artigos 1º da Lei nº 9.494/97, 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, 1º da Lei nº 5.021/66 e 1º da Lei nº 8.437/92;

3) Que, se a legislação expressamente proíbe a incorporação da gratificação em tela aos proventos ou pensões dos militares, o julgador, ao desconsiderar o artigo 14 da LC nº 59/04, mesmo sem expressamente declarar, finda por julgar inconstitucional o referido dispositivo, em afronta à cláusula de reserva de plenário;

4) Que a gratificação de risco de policiamento ostensivo se trata de verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida tão somente ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar que estão desempenhando as atividades especiais e de risco, estatuídas na Lei Complementar Estadual nº 59/04;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

5) Que a gratificação guerreada só é paga ao policiais enquanto estão no desempenho das tarefas previstas no "Programa Jornada Extra de Segurança", não havendo incorporação dos seus valores para fins de aposentadoria ou pensão, consoante expressa disposição do artigo 14 da LC 59/04;

6) Que a gratificação perseguida pelo agravado não possui caráter de aumento geral, porquanto, por definição legal, ostenta natureza *propter laborem*, o que inviabiliza sua concessão com suposto fundamento no artigo 40, §§ 7º e 8º da CF/88, com a redação anterior à EC nº 41/2003;

7) Que o STF, no que é seguido pelos demais tribunais pátrios, não confere extensão irrestrita à paridade entre vencimentos da atividade e valores recebidos por aposentados ou pensionistas;

8) Que, se a legislação expressamente proíbe a incorporação da gratificação em tela aos proventos ou pensões dos militares, o julgador, ao desconsiderar o artigo 14 da LC nº 59/04, mesmo sem expressamente declarar, finda por julgar inconstitucional o referido dispositivo, em afronta à cláusula de reserva de plenário.

9) Que o Des. Antenor Cardoso, em recente decisão monocrática, exarada em feito idêntico ao presente, reconheceu o caráter condicional e transitório da gratificação de risco de policiamento ostensivo;

O *Parquet* manifestou-se às fls. 105/110, na direção de, uma vez ultrapassada a questão prejudicial, no caso, a abertura do incidente de inconstitucionalidade referente ao art. 14 da LCE 59/2004, seja o presente recurso conhecido e desprovido.

É o que de importante se tem a relatar.

Peço dia para julgamento.

Recife, 12 de 06 de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

167

09

3ª Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0308669-7 – Recife

Agravantes: Luiz Sabino da Costa

José Alberdan Marçal Nunes

Jacinto Soares Pedrosa

José Paulo Francisco Filho

Advogada: Aldicéia Soares Lins PE026659

Agravados: Estado de Pernambuco e FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO:

Como matéria preliminar, alega o Estado que não tem legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que, com a reformulação do Sistema Previdenciário, foi criada a FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, à qual compete gerir o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado, conforme disciplina o § 1º do artigo 3º da Lei Complementar nº 28/2000.

Ocorre que a FUNAPE se encontra sob a supervisão da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, sendo também representada nos processos judiciais pelos Procuradores integrantes dos quadros do Estado de Pernambuco, razão pela qual impende que tal matéria preliminar seja rejeitada.

O cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, matéria previdenciária e que faz incidir a aplicação da Súmula nº 729/STF, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo (GRPO), o que, desde já, e ao contrário do que quer fazer crer a parte agravante, afasta a incidência de óbices legais à concessão da tutela, dentre os quais aqueles advindos com a Lei nº 12.016/09, como bem se infere, *mutatis mutandis*, dos julgados abaixo colacionados:

"EMENTA. AÇÃO CAUTELAR. TUTELA ANTECIPADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA ENVOLVENDO COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA/PENSÃO. INDEFERIMENTO DO EFEITO SUSPENSIVO PRETENDIDO. As vedações dos artigos 2º-B da Lei nº 9494/97 e 7º, §§ 2º e 5º da Lei nº 12.016/09 não atingem a tutela antecipada que trata de complementação de aposentadoria ou pensão, tendo em vista a natureza



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

previdenciária do direito." (Cautelar Inominada nº 102896/2012 – PATR, TRT 15ª Região, Rel. Des. Dora Rossi Goés Sanches, publicação em 11/01/2013)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REIMPLANTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE EM SEDE LIMINAR APONTADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO À VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, NOS TERMOS DO ART. 7º, PARÁGRAFOS 2º E 5º, DA LEI 12.016/2009 VÍCIO DETECTADO INTEGRAÇÃO QUE, CONTUDO, EM NADA ALTERA A CONCLUSÃO DELINEADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 729, STF EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITO MODIFICATIVO." (ED nº 818426-5/01, 6ª CC/TJPR, Rel. Des. Luiz Osório Morais Panza, julgado em 05/06/2012)

Ultrapassadas tais questões, tem-se que a questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação perseguida, se *propter laborem* ou não.

Cumpre notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e a contrário *sensu*, em se tratando de gratificação *propter laborem*, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade.

In casu, a pretensão dos ora agravantes é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal.

Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação.

De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

168

09

aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. Leia-se:

"Art. 1º A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar serão estruturados, conforme as funções desempenhadas pelo militar estadual, nos seguintes grupos de atuação:


- I – Policiamento Ostensivo;*
- II – Defesa Civil;*
- III – Apoio Operacional;*
- IV – Apoio Administrativo; e*
- V – Assistencial e de Saúde.*

Art. 2º O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar e abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996.

(...)

Art. 8º Fica criada a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, a ser concedida, exclusivamente, aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º desta Lei Complementar e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos Órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo."

A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como atividades-meio e pertinentes a grupos específicos. Vejamos:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

Art. 3º As ações de Defesa Civil, visando à proteção das pessoas e do patrimônio público e particular, constituem atividade-fim do Corpo de Bombeiros Militar e compreendem os serviços operacionais de prevenção e extinção de incêndio, resgate, busca e salvamento, prevenção aquática e proteção ambiental, vistorias, perícias técnicas e atendimento emergencial pré-hospitalar.

Art. 4º Consideram-se atividades de Apoio Operacional as ações de suporte necessárias à consecução dos serviços operacionais de policiamento ostensivo e de defesa civil descritos nos arts. 2º e 3º desta Lei, exercidas no âmbito interno da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, compreendendo as atividades de coordenação e planejamento vinculadas diretamente às atividades-fim das Corporações.

Art. 5º São atribuições de Apoio Administrativo as atividades relacionadas à atividade-meio das Corporações, compreendendo todas aquelas vinculadas à gestão administrativa, destinadas ao bom funcionamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 6º Consideram-se Atividades de Apoio Assistencial e de Saúde os serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, bem como as ações de assistência social à tropa, de administração hospitalar e farmacêutica.

Nesse sentido, é farta a jurisprudência desta Corte de Justiça:

"EMENTA: Ementa EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO.

1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Observa-se que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

3. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

169

09

caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88).

4. Por outro lado, a gratificação de risco de policiamento ostensivo, conforme explanado na decisão guerreada, foi criada pela Lei Estadual nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

7. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados.

8. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

9. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.

10. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa.

11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos."

(Embargos de Declaração Número do Acórdão 214554-6/01 Comarca Recife Número de Origem 2145546 Relator Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 23/9/2010 14:00:00 Publicação 181)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

"EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO EXTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. RECURSO IMPROVIDO.DECISÃO UNÂNIME.

1- Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

2- O conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

3- Recurso de Agravo Improvido.

4-Decisão unânime."(Agravo Número do Acórdão 206900-3/01 Comarca Recife Número de Origem 2069003 Relator José Ivo de Paula Guimarães 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 16/9/2010 14:00:00 Publicação 176)

No mesmo sentido, foram exarados tantos outros julgados, a exemplo dos seguintes: AI 268.777-0, AI 267.509-8, AI 171.616-5, Ed 278.174-2/01 (Des. Erik de Souza Dantas Simões, da 1ª Câmara de Direito Público); AP 282.553-2, ED 270.767-5/01 e RA 282.433-5/01 (Des. José Ivo de Paula Guimarães, da 2ª Câmara de Direito Público); AP 281.326-1 (Des. Francisco Bandeira de Mello, da 2ª Câmara de Direito Público); AP 260.321-6 e AP 281.195-6 (Des. Jorge Américo Pereira de Lira, da 1ª Câmara de Direito Público) e AR 284.414-8/01 e RA 283.109-8/02 (Des. Ricardo Paes Barreto).

No que pertine à divergência de entendimento jurisprudencial existente nesse TJPE, é de se advertir que, não obstante o Des. Antenor Cardoso Soares, integrante desta Terceira Câmara, firme posicionamento oposto ao desta Relatoria, é certo que ele se mostra minoritário dentre os integrantes das Câmaras Fazendárias desta Corte, consoante se pode aferir dos julgados supratranscritos.

No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Cível nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

170
r

09

arguição de Inconstitucionalidade perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria.

Destaque-se, ademais, que o próprio Supremo Tribunal Federal não é unânime em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. É o se infere dos julgados infratranscritos:

Ementa: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

09

inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÍPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgão de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 686995 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/08/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 12-09-2012 PUBLIC 13-09-2012)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

171.

09

legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento. (ARE 676661 AgR, Relator(a): Min. CÂRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 24/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 15-05-2012 PUBLIC 16-05-2012)

Sobre esse tema, frise-se, por derradeiro, que, uma vez já submetida à Corte Especial deste TJPE a arguição incidental de inconstitucionalidade nos autos da Apelação Cível nº 229.802-0 sobre a matéria aqui controvertida e cujo incidente se encontra em pleno processamento, afigura-se despidiindo acolher tal matéria preliminar deduzida no parecer ministerial, tendo em vista que o fim intentado ali já será alcançado.

Ante todo o exposto, VOTO PELO PROVIMENTO do presente agravo de instrumento, prejudicado o julgamento do Agravo Regimental.

Recife, 03 de Julho de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator